

DEMOCRACIA NA REVOLUÇÃO FRANCESA: 1791 E 1793

DEMOCRACY IN THE FRENCH REVOLUTION: 1791 AND 1793

Luana Renostro Heinen¹

Resumo: A Revolução Francesa rompeu com o Antigo Regime e levou os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade ao mundo todo. O período revolucionário é rico em discussões sobre qual o melhor regime de governo e como o povo deve participar em uma democracia. O trabalho apresenta as condições políticas e sociais da França pré-revolucionária como análise do contexto em que são promulgadas as Constituições de 1791 e 1793. Busca-se enunciar as forças políticas que predominaram em alguns momentos chave da Revolução Francesa e faz-se uma análise do texto de cada uma das Constituições, buscando visualizar as diferentes concepções de democracia presentes em cada um dos textos legais apontando como inauguram o debate moderno sobre a democracia representativa e seu grau de efetiva representação da vontade soberana do povo.

Palavras-chave: Revolução Francesa, Democracia, soberania popular.

Abstract: The French Revolution broke with the Ancien Regime and brought the ideals of equality, liberty and fraternity to the whole world. The revolutionary period is rich in discussions about the best system of government and how the people should participate in a democracy. The paper presents the political and social conditions of the pre-revolutionary France as the context in which the Constitutions are enacted 1791 and 1793. Seeks to articulate the political forces that prevailed in some key moments of the French Revolution and makes an analysis of the text of each of the Constitutions, seeking to visualize the different conceptions of democracy present in each of the legal texts pointing out to inaugurate the modern debate on representative democracy and its degree of effective representation of the sovereign will of the people.

Key-words: French Revolution, Democracy, Popular sovereignty.

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Francesa suscita dúvidas, divergências interpretativas entre os historiadores quanto ao seu papel e suas consequências históricas. Segundo Eric Hobsbawm, a comemoração do segundo bicentenário da Revolução foi dominada pela publicação de livros por aqueles que “não gostam da Revolução” (HOBSBAWM, 1996, p. 9). Para exemplificar, Hobsbawm (1996, p.9) cita o primeiro-ministro da República Francesa, Michel Rocard, que em um discurso saudou o bicentenário “porque este convenceu muitas pessoas de que uma revolução é perigosa e que, caso seja possível, é melhor passar sem ela”. O próprio Hobsbawm (1996, p. 11) afirma que a Revolução “foi 'desnecessária', não no sentido de poder ter sido evitada, mas no sentido de ter tido resultados modestos – negativos mesmo – a custos desproporcionais”. Entretanto, inegavelmente é considerada como a fundação do século XIX, e reuniu um conjunto de acontecimentos tão extraordinários que esse mesmo século a

¹Doutoranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito pela UFSC. Professora Substituta de Filosofia do Direito do Curso de Graduação em Direito da UFSC. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Conhecer Direito (NECODI). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“estudou, copiou, (...); ou tentou evitá-la, ignorá-la, repeti-la ou ultrapassá-la.” (HOBSBAWM, 1996, p. 11).

Já para Bercovici (2005, p. 127) é com a Revolução Francesa que se origina a “concepção moderna e profunda de revolução (...) entendida como mudança total”, e surge a necessidade de legitimidade da revolução, que se pretende universal. É um momento em que o próprio tempo se acelera e o Estado se subordina às concepções revolucionárias. O objetivo da revolução é “a emancipação social de todos os homens, a transformação das estruturas sócio-políticas” (BERCOVICI, 2005). Da mesma maneira, Maíz (1990, p. 66) assinala que os intelectuais de 1789 redefiniram o conceito de revolução e passaram compreendê-la como descontinuidade e ruptura com um passado que se constituiu discursivamente como o outro, o Antigo Regime: “La Revolución implicaría, pues, por definición: violación del antiguo derecho, destrucción de la monarquía despótica, legitimación, en fin, de la violencia revolucionaria.”

Apesar de, como afirma Tocqueville, os governos revolucionário e pós-revolucionários na França terem conservado várias características do Antigo Regime, é inegável “o amor à igualdade e à liberdade (...), onde querem não somente fundar instituições democráticas mas instituições livres, não somente destruir privilégios mas reconhecer e consagrar direitos.” (TOCQUEVILLE, 1989, p. 45).

Exatamente por seu caráter “revolucionário”, inovador, de rompimento, de revolta do *povo soberano* e regeneração do sistema político social é que a Revolução Francesa fascina e amedronta. Compreender o jogo de forças políticas e as disputas em voga nesse período pode ajudar a entender o desenrolar dos fatos históricos e, ainda, entender de que maneira, a cada passo, a Revolução parecia caminhar por si ou talvez conforme os *quereres do povo*, sem um líder que se mantivesse por muito tempo em tal condição.

O presente trabalho objetiva enunciar as forças políticas que predominaram em alguns momentos chave da Revolução Francesa. Analisar-se-á o conceito de *democracia* consagrado na Constituição de 1791 – primeiro grande ato jurídico de rompimento com o Antigo Regime, mas em que a monarquia ainda não fora derrubada – e a *democracia* proclamada no texto constitucional de 1793, que foi o marco jurídico inicial do período jacobino da Revolução.

2. O ANTIGO REGIME

O período da França pré-revolucionária é marcado pelos privilégios. Vivendo sob uma monarquia, 28 milhões de franceses, aproximadamente, são governados pela dinastia dos Capetos, que reinava há oitocentos anos (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 7). A sociedade estava rigidamente dividida em classes: o clero, a nobreza e o Terceiro Estado. Os privilégios estavam reservados ao clero e a nobreza, sendo que o Terceiro Estado congregava a classe média ascendente e o campesinato. O que ainda predominava neste período era um regime feudal-senhorial fraco.

Estado imperfeito, incompleto, convive com numerosos arcaísmos, como o estatuto feudal da terra, e tolera em proveito dos senhores alguns desmembramentos menos importantes de seu poder. (...) Outro arcaísmo: esse mesmo Estado absolutista se deixa dominar, na segunda metade do século das Luzes, por representações nobiliárias. Desse ponto de vista, a pré-revolução é caracterizada por uma degenerescência do aspecto *feudal-senhorial*, que passa a *nobiliário*. (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 11).

A necessidade de reformas é sentida por todos os setores da sociedade, embora não falem das mesmas mudanças. A França de então sofre de diversos males². São apontados por Bluche, Rials e Tulard (2009, p. 8-18), duas grandes crises: a do Estado monarquista e a crise social do Antigo Regime.

O Estado Francês era uma monarquia absoluta, mas apesar do rei não ter nenhum vínculo e ter de explicar-se somente a Deus, sendo fonte de toda lei, havia limites estabelecidos pelo costume e pela tradição cristã. O rei sempre governava assistido por ministros. Além disso, a centralização administrativa se chocava com os privilégios da nobreza, dificultando a ação dos agentes reais. Sendo que “o patrimonialismo de grande parte dos cargos públicos paralisa a autoridade do monarca sobre seus oficiais” (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 9). E o rei, Luís XVI, apresentava-se como uma figura excessivamente benevolente, a quem faltava firmeza para segurar as rédeas do poder.

Sem desconsiderar os fatores descritos, pode-se apontar que a questão central da crise da monarquia foi o fato de Luís XVI ter restabelecido os parlamentos, cortes de justiça formadas por magistrados, proprietários de seus cargos em virtude do patrimonialismo das funções. Os parlamentos se apresentavam como guardiões da lei e tentavam controlar o poder real por meio do direito de registro (confirmação do decreto real) e de advertência (admoestação do rei quanto aos inconvenientes de um determinado édito). Dissimulando a

² Ressalta Hobsbawm, que o final do século XVIII “foi uma época de crises para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas. (...) Na medida em que a crise do velho regime não foi puramente um fenômeno francês.” Entretanto, apesar de não ser um fenômeno isolado, a Revolução Francesa “foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos e suas consequências foram portanto mais profundas.” Como características específicas deste fenômeno assinala que a França era o estado mais populoso da Europa, assim a Revolução Francesa foi uma revolução social de massa, incomparavelmente mais radical e foi uma revolução ecumênica, pois repercutiu em todos os países. “Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram.” (1997, p 84-85)

defesa de seus privilégios por meio de discursos humanistas eles levaram ao fracasso reformas úteis e ataçaram a revolta contra o rei, configurou-se a crise do Estado Monarquista.

A sociedade do Antigo Regime na França estava também em crise social. Apresentava-se extremamente complexa em sua organização: o antigo vínculo feudo-vassálico ocupava um lugar marginal e o Estado se deixava dominar por representações nobiliárias. As elites, nobres ou burguesas, são as mais suscetíveis às ideias iluministas e, desastrosamente, a monarquia não soube lidar com suas elites. Valorizava erroneamente as “antigas elites”, sem perceber o dinamismo nobiliário que se manifestava no domínio econômico (comércio marítimo, química, metalurgia, mineração, indústria têxtil). Assim, a nobreza contestatória apresentava-se antiabsolutista. A elite esclarecida, que estava a frente dos burgueses, recusava os privilégios e a sociedade dividida em classes, cultuando a razão e o trabalho em detrimento da guerra (cf. BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 15-16).

A crise social se agravou pela crise econômica. A França rural enfrentou vários momentos (1787-1789) de adversidades climáticas que provocaram más colheitas. Os impostos, dízimos eclesiásticos, direitos senhoriais e feudais pareciam insuportáveis (correspondiam a 20% da produção) e revoltaram os camponeses, que almejavam se tornar proprietários dos solos que cultivavam. O clima era de escassez e revolta: havia carestia do pão, ocorreram pilhagens de carregamentos, desempregados vageavam nos vilarejos, alguns ramos têxteis acabaram quebrando devido ao tratado de comércio franco-inglês de 1786. Além disso, as despesas do Estado cresceram e o déficit aumentou (cf. BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 17). Para Hobsbawm (1997, p.90) “a guerra, a marinha e a diplomacia constituíam ¼ [dos gastos], e metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a dívida – a guerra americana e sua dívida – partiram a espinha da monarquia.”

Numa tentativa de evitar a bancarrota, aumentou-se a pressão fiscal, que era desigualmente repartida, com um sistema cheio de isenções e privilégios. Além disso, a desordem que reinava nas finanças asseverou a crise. E, principalmente devido às resistências, todos os ministros de Luís XVI, nomeados para tentar resolver a crise financeira, falharam: Turgot, Necker, Calonne. Uma assembleia de notáveis³ analisou as propostas de reformas de Calonne e, posteriormente de Loménie de Brienne, tendo-se oposto a ambos os projetos de reformas, os ministros foram demitidos. Assim, submeteram-se as reformas ao registro do

³ Sobre os “Notáveis” escreveu Sieyès (1986, p.98): “Os notáveis frustraram a esperança de Turgot e Necker. A seu respeito, nada mais justo que a excelente pincelada do senhor Cerutti: ‘O rei os reuniu duas vezes para consultá-los sobre os interesses do trono e da nação. O que fizeram os notáveis de 1787? Defenderam seus privilégios contra o trono. O que fizeram os notáveis de 1788? Defenderam seus privilégios contra a nação.’ É que, em vez de consultar notáveis em ‘privilégios’, seria preciso consultar notáveis em ‘luzes’.”

parlamento que, por sua vez, exigiu a convocação dos Estados Gerais⁴. Entre o exílio do parlamento e acordos capengas mau costurados, a agitação política ganhou as ruas. “O parlamento aparece não como o adversário egoísta da igualdade, mas como o defensor das liberdades diante de um despotismo gasto e sem prestígio.” (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 19).

A contestação político parlamentar promovida por frações avançadas do Terceiro Estado se tornou política e social, e, diante de uma reivindicação quase unânime, finalmente os Estados Gerais foram convocados para 1º de maio de 1789, inicialmente para votar uma reforma tributária, como recurso último para suprir o déficit orçamentário.

Podemos ver nesses dois acontecimentos, segundo Hobsbawm (1997, p. 90), as primeiras brechas no absolutismo. A primeira brecha teria sido assembleia de notáveis, escolhidos a dedo, mas ainda assim rebeldes. E “a segunda e decisiva brecha foi a desesperada decisão de convocar os Estados Gerais, a velha assembleia feudal do reino, enterrada desde 1614. Assim, a Revolução começou como uma tentativa aristocrática de recapturar o Estado.”

Mas a ação do Terceiro Estado possibilitará a revolução até consequências não imaginadas: “São de fato as elites do regime que começam a Revolução. Devido ao encontro de suas ações com os movimentos populares, de natureza diferente, elas serão levadas até bem mais longe do que imaginaram.” (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 21)

3. A PRIMEIRA FASE DA REVOLUÇÃO: DEMOCRACIA EM 1791?

Os Estados Gerais se reuniram num clima de total desordem (comoções e insurreições). Composto por, aproximadamente, 1.200 deputados, eram 300 representantes do clero, 300 da nobreza e perto de 600 para o Terceiro Estado (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 25). Os deputados do Terceiro Estado eram em sua maioria burgueses: juristas, médicos, intelectuais, personalidades rurais. Todos esperavam reformas, garantias para as liberdades e reuniões periódicas dos Estados Gerais.

⁴ Os Estados Gerais foram criados em 1302, por Felipe IV, o Belo. Tratava-se de uma Assembleia convocada pelo rei para opinar e votar impostos, composta por representantes do clero, da nobreza (que já se reuniam com os reis para tratar de questões importantes) e dos comuns ou Terceiro Estado (mercadores citadinos com considerável força e que contavam com recursos financeiros vultuosos). Foram convocados em momentos de grandes crises de autoridade. Em 1442, as sucessivas derrotas dos franceses, na Guerra dos Cem Anos, “comandados pelos reis *Valois* João II, o Bom, e depois pelo rei Carlos, combinadas com o descontentamento da burguesia e as sublevações populares (Jacquerie) levaram este rei a convocar os Estados Gerais, transferindo-lhe virtualmente o poder administrativo, o que pouco durou. O desgoverno levou a nobreza atemorizada a apoiar e fortalecer o rei Carlos e aos que lhe sucederam (...).” Em 1610, o rei Luís XIII, de Bourbon, assumiu um reinado repleto de conflitos religiosos (católicos e protestantes), para sobreviver “ampliou a política de concessões aos antigos senhores eclesiásticos e aos nobres, levando novamente os cofres do estado ao esvaziamento. Em 1614, empobrecido o estado, Luís XII convoca sem sucesso os *Estados Gerais* que, mais uma vez, puseram em evidência as hostilidades entre o clero, a nobreza e os comuns.” (BASTOS in Sieyès, 1986, p. 9-15)

Com a adesão de alguns representantes do clero, em 17 de junho de 1789, os deputados dos Estados Gerais, alegando representarem sozinhos a quase totalidade da nação, proclamaram-se Assembleia Nacional. Esse ato foi consumado juridicamente em 27 de junho, quando o rei, face à intransigência da Assembleia Nacional, convidou nobreza e clero a se juntarem ao Terceiro Estado em uma assembleia única, que se proclamou constituinte (cf. BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 28).

Apesar de ter se proclamado a Assembleia Constituinte em 9 de julho de 1789, a primeira constituição francesa revolucionária só será votada em 3 de setembro de 1791. Esse período prévio à Constituição foi marcado pela intensificação dos levantes populares em Paris, com a simbólica tomada da Bastilha⁵ (14/julho/1789) e os primeiros massacres revolucionários (cf. BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 29-30). Ainda nesse período são abolidas as regalias do Antigo Regime: “dízimos eclesiásticos, as justiças senhoriais, os privilégios das cidades, a venalidade dos cargos, etc. – em resumo, todas as regalias, os particularismos e as distinções de classes, de corpos, de região. O Antigo Regime social é varrido.” (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 32).

Também em 1789, a Assembleia Constituinte aprovou a famosa “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. Gestada no seio de uma Assembleia repleta de divergências e antagonismos, a Declaração não possui um significado unívoco.

Trata-se de tábuas da lei que foram fruto de transações e consensos cujo significado subjetivo variou de um deputado para outro [...]. Compreende-se historicamente um ou outro de seus segmentos, mas o significado objetivo da Declaração, se é que ela tem algum significado coerente, é fruto de diversos significados subjetivos. (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 60-61)

Segundo Bluche, Rials e Tulard, a declaração carrega a filosofia penal de Beccaria, a liberdade religiosa fruto de um compromisso entre os moderados e uma parte do clero, por um lado, e de outro, a tradição liberal (*Cartas sobre a tolerância* de Locke) e os materialistas. Seu texto afirma a liberdade de comunicação e pensamento como resposta à censura do Antigo Regime; declara a sacralidade da propriedade como direito natural e legitima a cobrança de impostos com o consentimento e na proporcionalidade ao serviço prestado. Apesar das divergências, a Declaração seria fortemente lockeana: a tetralogia dos direitos naturais (liberdade, igualdade, propriedade, resistência à opressão) estava consagrada.

⁵ Sobre a queda da Bastilha comenta Hobsbawm (1997, p. 94): “De fato, a contra-revolução [Luís XVI não ficou inerte diante da Revolução e começou a organizar seu exército em torno de Versalhes] mobilizou contra si as massas de Paris, já famintas, desconfiadas e militantes. O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação. [...] O que é mais certo é que a queda da Bastilha levou a revolução para as cidades provincianas e para o campo.”

Consumaram-se os direitos naturais por sua institucionalização, mas sem a “alquimia da transmutação rousseaniana dos direitos naturais do homem em direitos positivos do cidadão” (cf. BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 63-64).

Hobsbawm (1997, p. 91) ressalta Declaração como um manifesto contra a sociedade de privilégios. Porém, para este autor o texto da Declaração não se posicionou por uma sociedade democrática e igualitária, tendo em vista que afirmava a igualdade jurídica, mas admitia a existência de distinções sociais úteis, não eliminava a monarquia, afirmava a sacralidade da propriedade e, por fim, declarava que a fonte da soberania era a *nação* e não o *povo*.

A Constituição de 1791 reafirmou alguns direitos da Declaração de 1789, como a igualdade, a liberdade e a propriedade. Sendo a primeira Constituição moderna francesa, aboliu privilégios e proclamou uma democracia representativa. Em seu preâmbulo aboliu todo e qualquer tipo de privilégio, e não reconheceu qualquer compromisso que fosse contrário aos direitos naturais, ou à Constituição. Conferiu a soberania à Nação. Afirmava que todos os poderes emanavam da Nação, “mas não pode exercê-los senão por delegação. A Constituição francesa é representativa: os representantes são os Corpos legislativos e o Rei” (artigo 2º).

Os poderes foram delegados aos representantes da nação eleitos para a Assembleia Nacional. O Judiciário também se compunha de membros eleitos. E o rei o era por hereditariedade, a ele competindo o exercício do Poder Executivo, bem como de “parte do poder legislativo” por meio do veto suspensivo⁶. Afirmou-se a separação dos poderes⁷, que pode ser entendida como consequência de uma prevalência na assembleia de 1791 das correntes ligadas a Montesquieu sobre as mais próximas de Rousseau (cf. BERCOVICI, 2005, p. 134). Rousseau, por sua vez teria influenciado o debate sobre a soberania popular.

Afirmar que a soberania pertence à nação representava um grande rompimento, tendo em vista que não emanava mais do monarca. Quebra-se a monarquia, o rei não é mais fonte do poder, mas exerce um poder delegado. Além disso, centraliza-se um poder político antes disperso (clero, nobreza) e com a igualação política de todos os cidadãos face a lei inicia-se a igualdade jurídica moderna (cf. MAÍZ, 1990, p. 67). Entretanto, a nação da qual

⁶ Sobre o veto suspensivo trata o Capítulo III (*Do Exercício do Poder Legislativo*), Seção Terceira (*Da sanção Real*) da Constituição de 1789: “*Artigo 1.* Os decretos do Corpo legislativo são apresentados ao Rei, que pode recusar-lhes seu consentimento. *Artigo 2.* No caso que o Rei recuse seu consentimento, essa recusa tem caráter suspensivo. Quando duas Legislaturas seguintes àquela que apresentou o decreto, tiverem sucessivamente apresentado o mesmo decreto nos mesmos termos, o Rei será tido como tendo dado a sua sanção.”

⁷ A separação dos poderes fora consagrada na Declaração de 1789 como critério de validade de toda constituição: “*Artigo 16.* Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não for assegurada, nem a repartição dos poderes determinada, não tem constituição.”

emana o poder não é um conceito sociológico, trata-se de um ente jurídico, público e abstrato que não se identifica com o *povo*, no sentido de conjunto real dos cidadãos franceses. A vontade geral é tornada a vontade da nação. Mas, sendo a nação este ente abstrato não poderia exercer a sua vontade, que só poderia ser delegada. Aqui dá-se a cisão entre titularidade e exercício da soberania. Por meio da representação possibilita-se a mediação da soberania. E a representação da *Nação* seria realizada tanto pela Assembleia legislativa, como pelo monarca com seu poder executivo e co-legislador (cf. MAÍZ, 1990, p. 68).

Excluiu-se, com isso, a democracia⁸. A representação foi uma alternativa à democracia. Democracia que era entendida, à época, no sentido que remonta à Antiguidade, de democracia direta. Segundo Rosanvallon, o termo democracia foi pouquíssimo utilizado no período (1789-1791) pois,

A ideia de um regime no qual o povo seja diretamente legislador e magistrado com efeito não arrebanhou ninguém até então, uma vez que parecia remeter a um passado longínquo e findo e corresponder a um estado arcaico e instável da vida política. Para um homem de 1789, a palavra democracia soa como talvez soar a autogestão alguns séculos depois: remete a um passado no qual se mesclam uma teoria utópica e uma prática marcada por fracassos e excessos (ROSANVALLON, 1996, p. 115).

Mesmo nos debates que marcaram a Assembleia Constituinte de 1789-1791⁹ a palavra democracia esteve pouco presente, ainda que, segundo Maíz (1990, p. 117) tal debate resuma e cristalize “todas as interrogações de teoria política e de organização institucional que marcaram a primeira fase da Revolução”. Aqueles que defendiam o governo representativo (Barnave e Sieyès) não falavam em democracia e os radicais (Clube dos Cordeliers) falavam em “soberania do povo”. Já o termo democrata, ainda segundo Maíz, esteve mais presente. Servia a nomear aquele que era adepto da revolução e aparecia ao lado de termos como “jacobino”, “patriota” e “sans-culotte”, mas não significava adesão a um modelo de Estado: “A palavra tem um sentido sociológico e político e não jurídico ou institucional. Especifica o pertencimento a um campo e não a aspiração a um tipo particular de organização política.” (MAÍZ, 1990, p. 119).

⁸ Para Hobsbawm (1997, p. 98): “A Constituição de 1791 rechaçou a democracia excessiva através de um sistema de monarquia constitucional baseada num direito de voto censitário dos ‘cidadãos ativos’ reconhecidamente bastante amplo.” De maneira não muito divergente, escrevem Bluche, Rials e Tulard (2009, p.76-77): “Avalia-se em geral em 4,3 milhões o número de cidadãos ativos, ou seja, mais de 60% dos adultos do sexo masculino (mais nos campos, menos nas cidades); acrescenta-se que só havia pouco mais de 40 mil cidadãos elegíveis como eleitores de segundo grau, o que realmente seria muito restritivo. Mas (...) A constituição dispõe: ‘Será nomeado um eleitor à razão de cem cidadãos ativos (...)’. Consequentemente, o número de *eleitores* de segundo grau gira em torno de 40 mil. Contudo, parece que cerca de 3 milhões de franceses eram *elegíveis* para essas funções. O sistema é portanto bastante democrático, e o eleitorado, infinitamente maior do que na Inglaterra da mesma época.”

⁹ Segundo Bercovici (2005, p. 133-134) “para Robert Redslob, a Assembleia Nacional Constituinte de 1789-1791 é um fenômeno único, não apenas para a história política, mas também para a Teoria do Estado, pois seus debates são recheados de controvérsias teóricas e científicas sobre concepções distintas de Estado.”

A atribuição da soberania à Nação bem como a opção pelo governo representativo feitas na Constituição de 1791 estão presentes na obra de Sieyès. Afirmava ele: “A nação existe antes de tudo, ela é a origem de tudo. Sua vontade é sempre legal, é a própria lei.” (1986, p. 117) Para ele a nação estava “nas quarenta mil paróquias que abrangem todo o território, todos os habitantes e todos os contribuintes da coisa pública. Aí está sem dúvida a nação.” (1986, p. 123). Defendia ainda a eleição de deputados por circunscrições formadas por vinte ou trinta paróquias, que elegeriam representantes por províncias para serem os “representantes extraordinários com poder especial de decidir a constituição dos *Estados Gerais*.” (1986, p. 124) Assim, esses representantes extraordinários seriam os verdadeiros representantes da nação¹⁰, vez que a nação não pode se reunir em uma grande Assembleia, eles receberiam um novo poder, necessário, portanto, para decidir sobre a Constituição. Já os representantes ordinários, também eleitos, teriam seu poder limitado aos assuntos do governo a ser exercido nas formas constitucionais.

A Constituição de 1791 adotou também a divisão feita por Sieyès entre cidadãos passivos (que gozavam apenas dos direitos civis) e ativos (habilitados a participar da vida política), com eleições primárias e secundárias, evitando, assim, um contato maior entre representantes e representados, bem como um possível controle daqueles por estes. Ressalte-se, entretanto, que a proposta de Sieyès incluía a possibilidade de revogação dos mandatos, o que não estava previsto no texto constitucional. O voto instituído foi, ainda, censitário, em divergência às restrições capacitárias defendidas por Sieyès (cf. BERCOVICI, 2005, p. 135-136).

4. JACOBINISMO E A CONSTITUIÇÃO DE 1793

Após votada a Constituição de 1791 e tendo Luís XVI lhe prestado juramento (14 de setembro de 1791), a Assembleia Constituinte dá lugar a um Corpo Legislativo completamente novo – os constituintes declararam-se inelegíveis para a nova Assembleia – que irá colocar em prática a Constituição.

¹⁰ Mas como ressalta Maíz (1990, p. 120) a defesa de Sieyès de um regime representativo tem também um caráter funcional: “Ao mesmo tempo em que insiste permanentemente sobre o critério do tamanho da sociedade, fazendo da representação um simples mecanismo passivo de redução do número, Sieyès reconhece uma função ativa no processo de representação. “Existem duas maneiras”, assim escreve ele, “de exercer o concurso dos cidadãos na fabricação das leis. Ou os cidadãos exercem esse direito diretamente, ou eles o confiam a representantes, *bem mais capazes que eles de conhecer o interesse geral*.” Aqui, o argumento da capacidade extravasa claramente a consideração técnica sobre a tomada de decisão em uma sociedade de grandes dimensões.”

Para Bluche, Rials e Tulard houve uma esquerdização nas eleições para a Assembleia Legislativa, tendo sido varridas as “tendências contra-revolucionárias representadas anteriormente sob o nome de partido 'negro' ou 'aristocrata' (...), substituídas por moderados oriundos frequentemente da esquerda” (2009, p. 81). Além disso, essa Assembleia apresentava-se bastante desconfiada quanto ao Executivo depois de Varennes¹¹. Cresceu, ainda, a influência dos clubes e sociedades populares que se entendiam como “mediadores esclarecidos da 'vontade geral’” (cf. BLUCHE, RIALS, TULARD, 2009, p. 82). Por fim, as flutuações inflacionárias do período, com a consequente oscilação no preço dos alimentos levou ao aumento da militância dos pobres nas cidades¹².

A situação agravou-se com a guerra declarada pela Assembleia contra a Boêmia e Hungria em abril de 1792, guerra que só terminaria em Wagram, 23 anos depois. Essa declaração de guerra decorreu – mais diretamente – das reações do Imperador da Boêmia e da Hungria e do rei da Prússia, que se reuniram para agir em favor de Luís XVI, em agosto de 1791. Ora, a Europa não permaneceu inerte aos acontecimentos franceses e o medo era de que a revolução irradiasse aos outros países. Os deputados franceses se dividiam, aqueles ao lado da realeza apoiavam a guerra, pois acreditavam que uma vitória francesa aumentaria o poder de Luís XVI e, por outro lado, uma vitória europeia devolver-lhe-ia a autoridade. Robespierre clamava por prudência, assim como alguns *feuillants* (à direita na Assembleia), temia que a guerra abalasse o frágil edifício constitucional. E,

À esquerda, os brissotins [girondinos] inflamam-se ingenuamente em prol de uma cruzada revolucionária que forçaria Luís XVI a se pronunciar a favor ou contra a nação, que purificaria os franceses, que permitiria prosseguir e consolidar a Revolução no interior, ao mesmo tempo propagando seus princípios no estrangeiro. (BLUCHE, RIALS, TULARD, 2009, p. 88)

Logo foi possível perceber que a França não estava preparada para a guerra: com muitas dificuldades, falta de dinheiro, de oficiais e de material, o exército estava totalmente desorganizado. Assim, a Assembleia é arrastada “pela espiral revolucionária” (BLUCHE, RIALS, TULARD, 2009, p. 90). Em julho a França é declarada “pátria em perigo”, convocam-se voluntários e requisitam-se armas e munições. O rei veta decretos da Assembleia e demite seus ministros girondinos contrários ao veto.

¹¹ Hobsbawm (1997, p. 98) explica este episódio: “A Constituição Civil do Clero (1790), uma má concebida tentativa de destruir não a Igreja, mas a lealdade romana absolutista da Igreja, levou a maioria do clero e de seus fiéis à oposição, e ajudou a levar o rei à desesperada e afinal suicida tentativa de fugir do país. Ele foi recapturado em Varennes (junho de 1791) e daí em diante o republicanismo tornou-se uma força de massa; pois os reis tradicionais que abandonam seus povos perdem o direito à lealdade.” No mesmo sentido Bluche, Rials e Tulard (2009, p. 72): “As consequências do acontecimento são incalculáveis. O que sobrava da realeza capetiana saiu rachado dessa expedição lamentável e humilhante. A fuga para Varennes marca uma nova guinada na Revolução e novas tomadas de consciência – republicanas principalmente – entre os revolucionários”.

¹² “O preço do pão registrava a temperatura política de Paris com a exatidão de um termômetro e as massas de Paris eram a força revolucionária decisiva: não por acaso, a nova bandeira nacional francesa foi uma combinação do velho branco real com as cores vermelha e azul de Paris.” (HOBBSAWM, 1997, p. 98).

Talvez conduzida nesta espiral revolucionária, a Assembleia transformou as seções de Paris de unidades de voto, em entidades administrativas e tribunas políticas de bairro permanentes. Eram lideradas por “intelectuais desclassificados e homens da lei sem clientela” que difundiam uma propaganda republicana e democrática. Assim, foram essas seções que se pronunciaram pela deposição do rei (47 seções de um total de 48) e deram um prazo para que a Assembleia se pronunciasse. Face o silêncio da Assembleia, criou-se um comitê insurrecional que marchou sobre o palácio das Tuileries (10 de agosto de 1792). O rei Luís XVI refugiou-se na Assembleia, mas os rebeldes tomaram, saquearam o palácio e massacraram os guardas. “Diante do triunfo da rebelião, o corpo legislativo, reduzido a 40% de seu efetivo – o medo provocou a fuga da maioria moderada –, decreta a eleição próxima, com sufrágio universal, de uma nova constituinte: a *Convenção Nacional*.” (BLUCHE, RIALS, TULARD, 2009, p. 93).

A isso seguiram-se a Comuna de Paris, o massacre de setembro (1792), as derrotas seguidas na guerra, a eleição de uma Convenção Nacional unanimemente republicana (dividida entre Girondinos, os homens da planície e os montanheses), a proclamação da República e a execução de Luís XVI. Mas a Gironda caiu diante da “jornada revolucionária” da Montanha e da Comuna unidas: os chefes da Gironda foram presos, sendo que quase todos morreram sob o cadafalso (2 de junho de 1793)¹³. Assim, a Constituição de 1793 foi aprovada por uma maioria dominante jacobina, a partir de um projeto apresentado por Hérault de Séchelles, sem grandes discussões, tendo sido rejeitado anteriormente o projeto girondino de Condorcet.

A sanção popular do texto constitucional de 1793 foi bastante debatida. Para seus defensores o povo era fonte da constitucionalidade, o ponto de partida do sistema político, sendo uma totalidade e não um conjunto de indivíduos. Já os opositores, temerosos do excesso democrático do texto constitucional, alegavam que a vontade da Nação é a vontade de seus representantes (cf. BERCOVICI, 2005, p. 140). Prevaleceu a visão democrática: a Constituição de 1793 foi submetida a um referendo, aprovada por 1,8 milhões de votos “sim” e 12 mil “não”, com 4 a 5 milhões de abstenções (BLUCHE, RIALS, TULARD, 2009, p. 109-110).

Segundo a nova Constituição aprovada e referendada, a soberania agora provém do *povo*, que corresponde à totalidade dos cidadãos franceses (artigo 7). Seu texto é mais

¹³ “A Gironda morreu por causa de suas incoerências; por ter querido a guerra sem saber como conduzi-la; por ter combatido Luís XVI de todas as maneiras para hesitar em seguida em tentar salvá-lo; por ter agravado a crise econômica sem aceitar – por liberalismo – os meios para remediá-la; por ter finalmente, porém tarde demais, querido frear uma dinâmica revolucionária da qual ela fora durante muito tempo a aceleradora.” (BLUCHE, RIALS, TULARD, 2009, p. 104).

democrático que a anterior: o povo escolhe diretamente seus representantes e delibera sobre as leis (artigos 8 e 10), pois o deputado decide apenas provisoriamente sobre as leis que serão, em seguida, submetidas à sanção popular. Entretanto, o deputado continua sendo parcialmente um “representante” para os decretos, que estão excluídos do referendo. A lei votada pelo corpo legislativo só entrará em vigor se, passados quarenta dias, a décima parte das assembleias primárias não tiver pedido a convocação da assembleia do eleitorado com o propósito de decretar a lei.

O povo declarado como fonte da soberania se contrapõe à *Nação*, fonte da soberania no texto de 1791. Trata-se do conceito de povo presente no discurso jacobino: ente concreto, real, vontade popular e soberania popular. Enquanto a unidade da *Nação* se dava pela homogeneidade de interesses em eliminar os privilégios, a unidade do povo se “construiria *éticamente* a partir de una *ciudadanía virtuosa*, excluyendo, a través de mecanismos de depuración y regeneración, toda fragmentación del cuerpo social en su unidad prístina” (MAÍZ, 1990, p. 69). Disso se derivava uma articulação ética da vontade, que situava a vida virtuosa do cidadão como critério supremo da revolução e marginalizava o direito formal, seus mecanismos mediadores da pluralidade e suas garantias. A hegemonia da moralidade face a legalidade: o direito natural prevalecia frente a racional positividade normativa (cf. MAÍZ, 1990, p. 69-70).

O discurso jacobino se alterou um pouco de oposição (1789-1792) para situação (1792-1794), mas desde um primeiro momento há elementos moralizantes na fala de Robespierre (cf. MAÍZ, 1990, p. 70): a preocupação é grande quanto a possível corrupção dos representantes, assim, a possibilidade de não reeleição e o mandato curto de 1 (um) ano podem ser apontados como mecanismos moralizantes. Apesar das críticas de Robespierre ao governo representativo, da distância entre representantes e representados, e de sua defesa de uma participação mais ativa do povo nos assuntos públicos de forma a consolidar os rumos da revolução, nesse período ele ainda não se utiliza do termo democracia (cf. ROSANVALLON, 1996, p. 121).

O texto constitucional de 1793 afirmava, ainda, o Direito natural de igualdade (o primeiro dos direitos), garantia os auxílios públicos e a instrução para todos os cidadãos (artigos XXI e XXII da Declaração de Direitos de 1793, incorporada a Constituição), previa a possibilidade de revisão fácil da Constituição, constituiu um Conselho executivo de 24 membros, consagrou o direito a resistência e direito de revolta dos cidadãos contra a opressão de seus governantes (artigos XXXIII e XXXV da Declaração de Direitos de 1793). Segundo

Hobsbawm (1997, p. 104) esta foi a primeira constituição de um Estado Moderno genuinamente democrática:

De acordo com este nobre documento, todavia acadêmico, dava-se ao povo o sufrágio universal, o direito de insurreição, trabalho ou subsistência, e – o mais significativo – a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes.

Para Bluche, Rials e Tulard (2009, p. 109) a grande diferença entre as constituições girondina e montanhesa é que

Condorcet queria elaborar uma constituição para ser posta em operação, por isso a excessiva minúcia de seu projeto. Inversamente, os montanheses [...] [deram] forma constitucional a um breve manifesto cujas fórmulas cinzeladas e marcantes favorecessem sua propaganda. Para eles, a questão certamente não era aplicá-la [...].

Tanto que a Constituição de 1793 nunca foi aplicada e o governo permaneceu provisório. Segundo Bluche, Rials, Tulard (2009, p. 110), Saint-Just considerava que as condições sociais e políticas do período não possibilitavam o próprio estabelecimento de uma Constituição, que acabaria “imolada por si mesma, tornar-se-ia a garantia dos atentados contra a liberdade porque a ela faltaria a violência necessária para reprimi-los.”

Para Maíz (1990, p. 70) a não aplicação da Constituição jacobina, bem como a pressa e a indiferença que caracterizaram os debates para sua aprovação, dão testemunho de que a alternativa jacobina ao modelo de 1791 era apoiada na virtude e na legitimidade substancial ante a Lei e a legalidade formal, “patentizada en la precariedad de la idea misma de *Constitución*, en cuanto criterio racional-normativo de control del poder”.

É também nesse período (1794), agora que os jacobinos eram o poder, que Robespierre irá se utilizar do termo democracia com mais frequência.

[...] é sobretudo na virtude, na frugalidade e no devotamento do cidadão à coisa pública em que pensam os da Montanha quando invocam Esparta. O uso mais frequente da palavra democracia não surge somente no interior das nostalgias da Antiguidade. Acompanha também uma fase do combate político na qual o povo se torna o tema central. (ROSANVALLON, 1996, p. 121)

Assim, esclarecendo os usos do termo democracia, Robespierre passa a identificá-la com o governo republicano. Passa a sustentar que a democracia era o único tipo de governo capaz de realizar os prodígios almejados pela revolução:

A democracia não é um Estado no qual o povo, continuamente reunido, regula ele mesmo todas as questões públicas; menos ainda aquele no qual cem mil frações do povo por medidas isoladas, precipitadas e contraditórias, decidiriam a sorte de toda a sociedade. [...] A democracia é um Estado no qual o povo soberano, guiado por leis que são obra sua, faz por si mesmo tudo o que pode fazer bem, e por meio de delegados tudo o que não pode fazer ele mesmo. (ROBESPIERRE, 2008, p. 180)

Além de evocar uma posição de combate, o uso do termo democracia por Robespierre também terá um sentido sociológico, “antecipando-se ao uso do século XIX. A referência à democracia serve então para traduzir uma ideia de inclusão social e de igualdade.” (ROSANVALLON, 1996, p. 122):

Somente na democracia o Estado é verdadeiramente a pátria de todos os indivíduos que a compõem (...) os franceses são o primeiro povo do mundo a estabelecer a verdadeira democracia, convocando todos os homens à igualdade e à plenitude dos direitos do cidadão (...)” (ROBESPIERRE, 2008, p. 182)

Entretanto, para que a democracia pudesse ser fundada e consolidada entre os franceses, ou seja, “para chegar ao reino pacífico das leis constitucionais”, Robespierre (2008, p. 181) afirmava que seria “preciso acabar com a guerra da liberdade contra a tirania e atravessar com felicidade as tempestades da revolução: tal é a meta do sistema revolucionário que haveis regularizado”. Assim, justificou-se a suspensão da Constituição de 1793 e iniciou-se o governo revolucionário, conhecido como período do “terror”¹⁴ da Revolução Francesa que vai de 1793 a 1794¹⁵.

O discurso do jacobinismo alterou-se conforme o lugar de fala. Na oposição criticou a representação, “censuraba la independencia del elegido frente al elector, la soberanía nacional como engañosa abstracción que facilitaba el censitarismo y la pervivencia no ya de la monarquía, sino de la representación como alienación intolerable de la soberanía popular” (MAÍZ, 1990, p. 71) e propunha a alternativa da democracia de base fundada nas assembleias primárias. Agora, no poder, seu discurso envergava-se para falar em representação legítima do povo soberano. Sendo que “povo” já não compreende mais a totalidade do povo francês, mas os bons cidadãos, excluídos aqueles que conspiram contra o povo e a revolução. Nesse novo discurso, os jacobinos, que eram a vanguarda virtuosa, é que poderiam representar os verdadeiros interesses do povo. “No se trata, pues, de una mera ficción representativa, sino de que el *propio discurso constituye tautológicamente y en el mismo plano a representante y representado.*” (MAÍZ, 1990, p. 72).

Essa identificação representante-representado foi o que permitiu a depuração iniciada com a eliminação dos girondinos e exacerbada no período do terror: “abstraerá en una minoría la «esencia» del pueblo, según el modelo: jacobinos (previamente depurados del

¹⁴ “Se a força moral do governo popular na paz é a virtude, a força moral do governo popular em revolução é ao mesmo tempo virtude e terror: a virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente. O terror nada mais é que a justiça imediata, severa, inflexível; ele é, portanto, uma emanção da virtude.” (ROBESPIERRE, 2008, p. 185).

¹⁵ “El Estado de excepción deviene, por ello, regla frente a la normalidad formal; la *democracia revolucionaria*, en cuanto inflexible democracia ética, conduce, finalmente, al terror, que resultaría considerado, coherentemente con lo antedicho, «moins un principe particulier qu’une consequence du principe général de la démocratie appliqué aux plus pressants besoins de la Patrie» (menos um princípio particular do que uma consequência do princípio geral da democracia aplicado as mais prementes necessidades da Pátria)” (MAÍZ, 1990, p. 70, tradução livre).

sector moderado) = pueblo francés (previamente reducido a sus sectores urbanos movilizados) = Convención (una vez ejecutados los diputados girondinos.” (MAÍZ, 1990, p. 72). Isso possibilitou que a Convenção delegasse suas funções ao Comitê de Saúde Pública, Tribunal Revolucionário, Comitê de Segurança Geral. Assim, sem controle ou participação, estes órgãos representavam os “verdadeiros interesses do povo” e eram a própria fonte de legitimidade, sem possibilidade de oposição.

Também para Maíz esta abstração identificativa estava paralela ao duplo sustentáculo da democracia jacobina: o terror e o governo revolucionário. Pois a democracia direta possibilitaria a manifestação da vontade do povo, entretanto, para os jacobinos essa vontade popular não tinha uma existência prévia e em uma sociedade repleta de egoísmo precisava ser construída, por meio da depuração e regeneração. Assim, por meio de uma constante vigilância revolucionária (Comitês e Sociedades Populares) seria possível construir a unidade indivisível do povo. Entretanto, aos poucos a centralização revolucionária liquidou com o protagonismo de Assembleias Primárias e Comitês, houve uma hierarquização do poder e a vontade do povo cada vez mais passou a se identificar com os atos do governo: a unidade do povo só se dava na adesão ao governo revolucionário. Concluindo, afirma Maíz (1990, p. 74):

La necesaria producción de una virtud, que no brotaba espontáneamente del pueblo, empujaría al incorruptible «esclavo de la libertad», a la restauración de una religiosidad que ubicándolo hagiográficamente como personaje central del Estado, cerraría el círculo de la terrorista voluntad de la voluntad, en el «anneantissement¹⁶» definitivo de toda razón y toda democracia digna de tal nombre.

Assim, a Constituição tida como a mais democrática do período da Revolução Francesa jamais foi aplicada e deu lugar ao governo revolucionário que a suspendeu colocando o poder constituinte originário na situação de governo, abrindo espaço para uma ditadura soberana. Não se tratava de um governo de exceção, vez que queria fundar a república e não conservá-la. Para Robespierre, a unidade do povo implicava o abandono da Constituição de 1793 e a implantação do governo revolucionário (cf. BERCOVICI, 2005, p. 141). Para Rosanvallon (1996, p. 122) “em 1794, a palavra democracia soa ao mesmo tempo como um grito de reunião e como uma ameaça, designando indissociavelmente a força ativa do povo e as formas patológicas de seus extravasamentos.” Excessos esses tão negados por Robespierre que, de forma aparentemente contraditória, identificava a democracia com o “reino pacífico das leis constitucionais”.

¹⁶ Aniquilação.

5. CONCLUSÃO

A Revolução Francesa pode ser vista como acontecimento que inaugurou o século XIX e, ainda, influenciou fortemente os séculos seguintes. Representou o primeiro rompimento brusco de regimes de governo e a primeira luta popular de grandes proporções contra a opressão e em nome da prevalência da vontade popular. Ainda que tenha começado com um movimento de elites alcançou dimensões inimagináveis por seus iniciadores. As ideias que moviam alguns dos movimentos, unidas a crise social, política e econômica do período possibilitaram-na.

Num primeiro momento o rompimento com o Antigo Regime e a instituição de uma Constituição que consagrava direitos iguais e exterminava privilégios já representou um grande avanço. A democracia aí implantada era uma democracia representativa e seriamente comprometida com os interesses daqueles que podiam pagar para serem cidadãos ativos, ou seja, que tinham voz política. Entretanto, a força revolucionária não se deteve aí. O rei foi definitivamente derrubado e destituído de seu poder e o poder entregue ao povo: ao menos provisoriamente criou-se um regime que se aproximava o máximo possível de uma democracia direta, que instituiu o voto universal e ligava os delegados do povo às assembleias primárias.

Um governo sob as leis constitucionais era a vontade daqueles que representaram a maioria no momento da aprovação da Constituição de 1793, os jacobinos. Entretanto, também foram estes que instituíram um governo revolucionário com o fim de construir a unidade do povo e depurá-lo para alcançar a verdadeira vontade popular. A democracia ética jacobina acabou por desembocar no terror e todos aqueles que eram contrários ao governo revolucionário foram eliminados. Isso pode soar totalmente condenável hoje, mas não deixa de retratar um paradoxo da democracia, uma constante tensão que pulsa nas sociedades democráticas. Para Zizek (2008, p. 36), a democracia possui dois lados elementares e irreduzíveis, quais sejam,

a violenta imposição igualitária daqueles que são 'supranumerários', a 'parte da não-parte', aqueles que, embora incluídos formalmente no edifício social, não têm um lugar determinado dentro dele; e o (mais ou menos) regulado procedimento universal de escolher aqueles que vão exercer o poder.

Assim, a grande questão é de como esses dois lados se relacionam. Como institucionalizar o impulso democrático violento, como impedi-lo de ser transformado em democracia procedimental? Para Zizek (2008, p. 36), se não é possível fazer isso então a

“democracia 'autêntica' permanece uma explosão utópica que, na proverbial manhã seguinte, terá de ser normalizada”.

Percebe-se, portanto, que o dilema da democracia representativa iniciado na Revolução Francesa permanece. Hoje talvez possa ser colocado em outros termos: a minoria pode de fato se tornar maioria na democracia moderna? Ou essa não passa de uma regra procedimental? Há limite na decisão democrática? O que deve ficar a cargo do povo decidir?

REFERÊNCIAS

BASTOS, Aurélio Wander. Para compreensão de Sieyès: notas e fragmentos sobre a história da França feudal. In: SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A constituinte burguesa – que é o Terceiro estado?*. Org. e Introd. Aurélio Wander Bastos. Tradução: Norma Azeredo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1986.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: Poder Constituinte, Estado de Exceção e os Limites da Teoria Constitucional*. (Tese de titularidade). São Paulo: USP (Faculdade de Direito), 2005.

BLUCHE, Frédéric; RIALS, Stéphane; TULARD, Jean. *Revolução Francesa*. Tradução de Rejane Janowitzer. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Constituição Francesa de 1791. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/constitutions/constitution-de-1791.asp>>. Acesso em 01 set. 2010.

Constituição Francesa de 1793. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/constitutions/constitution-de-1793-an1.asp>>. Acesso em 01 set. 2010.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789). Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/direitos.PDF>>. Acesso em 01 set. 2010.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (admitidos pela Convenção Nacional em 1793). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/dec1793.htm>>. Acesso em 01 set. 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. Tradução: Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAÍZ, Ramon. Las teorías de la democracia en la Revolución francesa. *Política y Sociedad*, Madrid, Vol. 6/7, p. 65-84, 1990. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/portal/modulos.php?name=Revistas2&id=POSO>>. Acesso em: 27/08/2010.

ROBESPIERRE, Maximilien. *Virtude e terror*. Apresentação por Slavoj Žizek. Tradução: José Mauricio Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

ROSANVALLON, Pierre. A história da palavra democracia na época moderna. Tradução: Eliana Maria de Melo Souza. *Perspectiva*: Revista de Ciências Sociais - UNESP, São Paulo,

v. 19, n. , p.113-129, 1996. Disponível em:
<<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2007/1637>>. Acesso em: 01 set. 2010.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A constituinte burguesa – que é o Terceiro estado?*. Org. e Introd. Aurélio Wander Bastos. Tradução: Norma Azeredo. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1986.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Tradução: Yvonne Jean. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1989.

VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000.